



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 361 DE 14 DE JANEIRO DE 2026**

**“Concede isenção de IPTU para as pessoas com TEA (Transtorno de Espectro Autista) ou que tenha sob sua guarda pessoa com TEA”.**

### **O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO-ACRE**

Faço saber que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Fica concedida a isenção do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU ao imóvel residencial pertencente a pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou que tenha sob sua guarda pessoa com TEA, desde que cumpra os seguintes requisitos:

- I - residir no imóvel;
- II - possuir renda familiar mensal de até 05 (cinco) salários-mínimos;
- III - o valor venal do imóvel não ultrapasse 1.100 (mil e cem) UFMRB;

§ 1º A isenção de que trata esta lei complementar deverá ser requerida para o exercício seguinte, até o último dia do mês de outubro, instruído com:

- I - boletim de Cadastro Imobiliário - BCI;
- II - documento de identificação do requerente, com foto;
- III - no caso do dependente do proprietário for a pessoa com TEA, juntar documento hábil a fim de se comprovar o vínculo de dependência com a cópia da certidão de nascimento/casamento e/ou cópia da declaração de imposto de renda;
- IV - laudo médico da pessoa com TEA, contendo:
  - a) diagnóstico expresso;
  - b) estágio clínico atual;
  - c) classificação Internacional da Doença - CID; e
  - d) carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no



ESTADO DO ACRE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS OFICIAIS – SEJUR**

Conselho Regional de Medicina - CRM.

§ 2º Excepcionalmente, quando comprovado que os gastos com o tratamento da pessoa com TEA exceda o percentual de 30% (trinta por cento) da renda familiar mensal, poderá ser desconsiderado o valor fixado no inciso II, do art. 1º desta Lei.

§ 3º O benefício de que trata este artigo, quando concedido, será válido por 2 (dois) anos, sendo vedada a sua extensão para exercícios financeiros anteriores.

§ 4º O laudo médico apresentado com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os próximos pedidos.

**Art. 2º** Será permitida a remissão apenas para o exercício em curso, devendo o pedido ser protocolado até o último dia útil do mês de junho.

**Art. 3º** Fica revogado o art. 15 da Lei nº2.284, de 02 de abril de 2018.

**Art. 4º** Esta Lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Branco – Acre, 14 de janeiro de 2026, 138º da República, 124º do Tratado de Petrópolis, 65º do Estado do Acre e 143º do Município de Rio Branco.

**Tião Bocalom**

Prefeito de Rio Branco

PUBLICADA NO D.O.E  
Nº 14.188 DE 16/01/2026  
PÁG. Nº 141